

Ata N.º	10/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
ATA N.º 10/2016 DE 03 DE JUNHO

Aos **três** dias do mês de **junho** do ano de **dois mil e dezasseis**, nesta vila sede do Município de Vila Nova de Paiva, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a décima reunião camarária do ano em curso, de natureza ordinária e pública, sob a presidência do Sr. Dr. José Morgado Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal, estando presente toda a Vereação, Sr.^a Dr.^a Delfina Maria da Fonseca Gomes, Vereadora a Tempo Inteiro e Vice-Presidente da Câmara, Sr. Eng.º João Reis Paulo, Vereador em regime de meio tempo, Sr. Dr. Cristóvão Malhada Ferreira, Vereador em regime de não permanência e a Sr.^a Dr.^a Liliana Ferreira Soares, em substituição do Sr. Carlos Dias Mota, vereador em regime de não permanência, a pedido deste, por não poder estar presente, ao abrigo do art.º 78.º conjugado com o n.º 1 do art.º 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pelas Leis n.ºs 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 75/2013, de 13 de Setembro, conforme comunicação escrita, datada de 31 de maio, registada em três de junho de 2016, de que o Executivo tomou conhecimento. -----

----- A reunião foi secretariada por mim, Dr. José Manuel Amado Magalhães, Chefe da Divisão de Administração e Finanças em regime de comissão de serviço, indigitado verbalmente para o efeito pelo Sr. Presidente da Câmara, coadjuvado pela Coordenadora Técnica Regina Almeida Ramos. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos, eram dez horas e quarenta minutos, e verificando-se haver quórum para funcionamento do Executivo e tendo todos os membros ocupado os seus lugares, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião.

----- **Período “Antes da Ordem do Dia”** -----

----- Antes de se iniciar a ordem do dia foram abordados os seguintes assuntos: -----

----- **a) V Festival da Truta, em Fráguas.** -----

----- O Sr. Presidente lembrou que tem início hoje, prolongando-se até domingo, dia 5 de junho, o V Festival da Truta, em Fráguas, na respetiva praia fluvial convidando toda a Vereação a participar no evento. Estão previstas várias ações, desde ações de repovoamento da truta, ações de limpeza do Rio Paiva na zona da praia fluvial e a montante, e iniciativas gastronómicas, contando com a colaboração da comunidade escolar, associações e população em geral para levarem a efeito tais ações. -----

----- O Sr. Vereador Cristóvão Malhada realçou a vertente pedagógica do festival, bem como o apoio das associações. Não poderá estar presente por compromissos anteriormente assumidos, mas deseja os maiores sucessos ao festival. -----

----- A Sr. Liliana Soares foi também esclarecida sobre a forma de participação dos alunos das escolas do 1.º CEB e das crianças dos Jardins-de-Infância. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- De seguida passou-se então à análise da **Ordem do Dia** oportunamente entregue à Vereação, como segue: -----

----- **1 – Apreciação e votação do texto definitivo da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal do dia 20 de maio de 2016**, aprovada e assinada em minuta na própria reunião. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar o texto definitivo da ata da reunião de vinte de maio de dois mil e dezasseis. -----

----- **DELIBERAÇÕES DIVERSAS** -----

----- **a) Conhecimento da 6.ª Alteração às Grandes Opções do Plano e 6.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara de 12 de maio de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **b) Conhecimento da 7.ª Alteração às Grandes Opções do Plano (GOP) e 7.ª Alteração ao Orçamento para o ano financeiro de 2016**, aprovadas por Despacho do Sr. Presidente da Câmara, de 19 de maio de 2016, no uso de competência delegada. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** O Executivo tomou conhecimento. -----

----- **c) Delegação legal de competências do Município nas Freguesias ao abrigo da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, para o mandato de 2014/2017** – Proposta do Sr. Presidente da Câmara de 27 de maio de 2016. -----

----- Foi presente à reunião a proposta do Sr. Presidente da Câmara datada de 27 de maio de 2016, do seguinte teor integral: -----

“Considerando que:

a) O atual regime jurídico da delegação de competências de órgãos do Estado nos órgãos das autarquias locais e das entidades intermunicipais e dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias e das entidades intermunicipais, é o previsto nos artigos 116.º a 136.º do Capítulo II (Delegação de competências) do Título IV (Descentralização administrativa) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, retificada pela Declarações de Retificação n.ºs 46-C/2013, de 1 de Novembro, e 50-A/2013, de 11 de Novembro, alterada pelas Leis n.ºs 25/2015, de 30 de março, e 69/2015, de 16 de

Ata N.º	10/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

julho, que no seu Anexo I estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais e o regime jurídico da transferência de competências e o regime do associativismo autárquico.

b) São objetivos da delegação de competências, a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis (artigo 118.º).

c) Os princípios gerais que devem presidir à negociação, celebração, execução e cessação dos contratos de delegação de competências são a igualdade, a não discriminação, a estabilidade, a prossecução do interesse público, a continuidade da prestação do serviço público e a necessidade e suficiência dos recursos (artigo 121.º e n.º 2 do artigo 133.º).

d) A Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, vem estabelecer que a descentralização de competências do município nas freguesias pode ocorrer por via legislativa ou por via contratual (delegação de competências).

e) Aquela lei preconiza dois tipos de delegações de competências por via contratual:

– A delegação “tradicional” de competências de acordo com o artigo 131.º, podendo os municípios delegar competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e de apoio direto às comunidades locais, concretizando-se tal delegação através da celebração de contratos interadministrativos nos termos previstos no artigo 120.º; e

– A delegação legal prevista no n.º 1 do artigo 132.º, cujas competências aí elencadas pertencem às câmaras municipais, mas que se consideram delegadas nas juntas de freguesia dependendo para o efeito da celebração de um acordo de execução entre o município e a freguesia nos termos previstos no artigo 133.º, sendo assim tal acordo condição de eficácia da delegação, uma vez que se não houver acordo aquela delegação não produz os seus efeitos, circunstância em que aquelas competências continuam a ser exercidas pela câmara municipal (n.º 2 do artigo 134.º).

f) A delegação legal nos domínios enumerados no n.º 2 do art.º 132.º relativa às competências municipais de controlo prévio, realização de vistorias e fiscalização, só se materializam quando previstas em lei e mediante celebração de acordo de execução, o que até à data só ocorreu no âmbito da reorganização administrativa do

município de Lisboa, concretizada pela Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro, alterada pela Lei n.º 85/2015, de 7 de agosto.

g) No âmbito da delegação legal estão elencadas no n.º 1 do artigo 132.º as seguintes competências das câmaras municipais:

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros;*
- Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;*
- Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;*
- Assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do primeiro ciclo do ensino básico;*
- Promover a manutenção dos espaços envolventes dos estabelecimentos referidos na alínea anterior.*

h) A celebração dos acordos de execução pressupõe prévia autorização quer da assembleia municipal (alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º), sob proposta da câmara municipal (alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º), quer da assembleia de freguesia (alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º), sob proposta da junta de freguesia (alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º), neles devendo ser previstos os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas das competências previstas no artigo 132.º (n.º 1 do artigo 133.º), e a referência às respetivas fontes de financiamento e aos seus modos de afetação (n.º 2 do artigo 115.º e n.º 2 do artigo 133.º).

i) Na concretização da delegação de competências, e no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação, os municípios devem considerar, designadamente, critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias abrangidas pela respetiva circunscrição territorial (n.º 1 do artigo 135.º e n.º 2 do artigo 133.º).

j) O período de vigência do acordo de execução de delegação legal de competências coincide com a duração do mandato da assembleia municipal, salvo casos excecionais, devidamente fundamentados (n.º 1 do artigo 129.º, n.º 1 do artigo 134.º e n.º 1 do artigo 136.º).

k) O acordo de execução de delegação legal de competências não é suscetível de revogação, podendo cessar por caducidade ou resolução (n.ºs 5 e 7 do artigo 134.º).

Ata N.º	10/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

l) O acordo cessa por caducidade nos termos gerais, designadamente pelo decurso do respetivo período de vigência, considerando-se, contudo, renovado após a instalação da assembleia municipal, independentemente da eventual mudança dos titulares dos órgãos do município e ou da freguesia, a não ser que seja denunciado no prazo de seis meses após aquela instalação (n.ºs 2 e 3 do artigo 129.º e n.ºs 3 e 4 do artigo 134.º), mediante autorização da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (alínea k, do n.º 1, do artigo 25.º, alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º e n.º 4 do artigo 134.º). A denúncia é a faculdade de fazer cessar a relação contratual, não se exigindo para o efeito uma justa causa ou um motivo particular.

m) As partes podem resolver o acordo de execução por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas (n.º 5 do artigo 123.º e n.º 5 do artigo 134.º), sendo que, neste último caso, os contraentes públicos devem demonstrar o preenchimento dos requisitos previstos nas alíneas a) a e) do n.º 3 do artigo 115.º (n.º 6 do artigo 123.º e n.º 5 do artigo 134.º). A resolução do acordo de execução pressupõe prévia autorização, consoante os casos, da assembleia de freguesia ou da assembleia municipal, sob proposta, respetivamente, da junta de freguesia ou da câmara municipal (alínea g), do n.º 1, do artigo 9.º, alínea j), do n.º 1, do artigo 16.º, alínea l), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea n), do n.º 1, do artigo 33.º).

n) Em caso de caducidade ou resolução, e até à celebração de um novo acordo, as competências previstas no artigo 132.º são exercidas pela câmara municipal, como determina o n.º 6 do artigo 134.º.

o) Nas negociações havidas desde há algum tempo com as Juntas de Freguesia deste Município, tendo em vista a delegação legal de competências, foi concluído ser admissível, nesta fase, a delegação das competências previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º às atuais cinco Freguesias do Município, a saber:

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.*

p) Mais foi concluído que os meios necessários e suficientes para o exercício daquelas competências se traduziam somente em meios financeiros, calculados num montante anual correspondente a um trimestre do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que anualmente cabe às Freguesias transferido do Orçamento do Estado (com arredondamento à unidade de euro), já que estas verbas são determinadas atendendo à caracterização geográfica e demográfica das freguesias, sendo aquela processada em julho do ano de 2016 e em maio do ano de 2017.

q) A fonte de financiamento para a concretização desta delegação legal são as verbas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) liquidadas e cobradas pela Administração Fiscal e transferidas para o Município.

r) No Mapa XX anexo à Lei do Orçamento do Estado para 2016, aprovada pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, consta a previsão das verbas a transferir para as freguesias no âmbito do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) decorrente da participação das freguesias nos impostos do Estado, pelo que os montantes a transferir para exercício das competências acima referidas para as Freguesias do Município são as constantes no quadro seguinte, sem prejuízo da atualização que venha a ocorrer no ano de 2017:

<i>Freguesia</i>	<i>Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF)</i>	<i>Acordo de execução</i>
<i>Pendilhe</i>	<i>€ 30.747</i>	<i>€ 7.687</i>
<i>Queiriga</i>	<i>€ 38.732</i>	<i>€ 9.683</i>
<i>Touro</i>	<i>€ 49.670</i>	<i>€ 12.418</i>
<i>Vila Cova à Coelheira</i>	<i>€ 43.138</i>	<i>€ 10.785</i>
<i>União das Freguesias de Vila Nova de Paiva, Alhais e Fráguas</i>	<i>€ 77.932</i>	<i>€ 19.483</i>
<i>Total</i>	<i>€ 240.219</i>	<i>€ 60.056</i>

Assim, face ao exposto, apesar de não ter sido efetuada a delegação de quaisquer competências por delegação legal no prazo indicativo referido no n.º 1 do artigo 133.º dado as mesmas se acomodarem ao prazo do mandato da assembleia municipal, pretende-se excecionalmente, nesta fase, proceder à delegação das competências acima referidas perante o manifestado pelas Juntas de Freguesia, pelo que tenho a honra de propor que a Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva delibere aprovar a presente proposta nos termos que se seguem, ao abrigo e para os efeitos previstos na alínea m), do n.º 1, do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1.º – Que ao abrigo da alínea k), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, seja autorizada a delegação legal das competências municipais previstas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 132.º da mesma lei, nas Freguesias do Município, a exercer durante o corrente mandato autárquico de 2014/2017, a saber:

- Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;*
- Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros.*

Ata N.º	10/2016
Livro N.º	Folha N.º
38	

2.º – Que para o exercício daquelas competências seja autorizada a atribuição de uma verba anual correspondente a um trimestre do Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) que cabe anualmente a cada freguesia, que no ano de 2016 correspondem aos montantes indicadas no quadro supra e que totaliza a importância de € 60.056 (sessenta mil e cinquenta e seis euros).

3.º – Que ao abrigo da alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, seja autorizada a realização dos encargos plurianuais decorrentes da delegação legal de competências.

4.º – Que seja aprovada a minuta do Acordo de Execução a celebrar com as Freguesias, cuja minuta se anexa à presente proposta, dela fazendo parte integrante.”

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar a proposta em epígrafe, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- **d) Sandra Sofia Gomes de Sousa, residente em São Cosmado, Concelho de Armamar** – Por requerimento registado em 15 de abril de 2016, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento em 15 de setembro de 2016, de segundo descendente Lucas César Sousa Correia – Análise da candidatura – Informação n.º 42-USC-16, de 27 de abril de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade indeferir a pretensão da requerente, dado não estarem satisfeitas as condições de atribuição do apoio social nos termos previstas no artigo 7.º do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro. -----

----- **e) Carlos Alberto Cunha Reis, de Vila Cova à Coelheira** – Por requerimento registado em 14 de abril de 2016, apresenta candidatura ao Incentivo à Natalidade e Adoção do Município de Vila Nova de Paiva pelo nascimento em 02 de fevereiro de 2016, de primeiro descendente Luísa Santos Paiva – Análise da candidatura – Informação n.º 41-USC-16, de 26 de abril de 2016, da Unidade Social e Cultural (USC). -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de quinhentos euros, ao abrigo e nos termos e condições previstos na alínea a) do n.º 2 do art.º 15.º e seguintes do Regulamento n.º 724/2015, de 19 de outubro.-----

----- **f) Iniciativa municipal “Os 15 Km de Barreiras e Caminhada Solidária da Liga Portuguesa Contra o Cancro” a levar a efeito no dia 14 de agosto de 2016 no**

âmbito do Ver Paiva 2016 – Proposta de regulamento da corrida e caminhada -
Informação N.º 55-USC-16, de 17 maio de 2016. -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Após algumas considerações, deliberado por unanimidade aprovar o regulamento que aqui se dá integralmente reproduzido, e fixar as taxas de inscrição no valor de seis e cinco euros respetivamente, e autorizar a atribuição de prémios monetários aos três primeiros classificados na corrida e na caminhada, no valor, respetivamente, de cem, cinquenta e vinte e cinco euros. -----

----- **g) Associação “Os Queiriguenses”, de Queiriga** – Por ofício registado em 12 de maio de 2016, informam da realização do **IV BTT Queiriga**, a realizar no dia 31 de julho e solicitam apoio financeiro para ajudar a custear as despesas com o evento. ----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade autorizar a atribuição de um subsídio no montante de mil euros, a processar em finais do mês de julho. -----

----- **h) 3.ª Revisão às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) e 3.ª Revisão ao Orçamento para o ano financeiro de 2016.** -----

----- **DELIBERAÇÃO:** Deliberado por unanimidade aprovar em proposta a 3.ª Revisão às GOP e ao Orçamento para o ano financeiro de 2016, a submeter à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal.-----

----- **APROVAÇÃO EM MINUTA** -----

----- A presente ata foi aprovada em minuta na própria reunião, por unanimidade, sob proposta verbal do Sr. Presidente, nos termos do que dispõe o n.º 3 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e foi assinada pelos membros que a aprovaram. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- E não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião, eram onze horas e trinta e cinco minutos, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, foi rubricada e assinada pelo Sr. Presidente da Câmara e por mim que a secretariei. -----
